TV, Internet e as homilias tecnofóbicas

João Freire Filho*

RESUMO

Este artigo apresenta um breve quadro histórico das especulações em torno das propriedades viciadoras das novas tecnologias da comunicação. Argumenta que as homilias tecnofóbicas – que, a princípio, poderiam figurar como corretivo à desmedida euforia de certas profecias culturais e existenciais contemporâneas – são igualmente improdutivas para a análise dos crescentes contornos tecnológicos do mundo em que vivemos.

Palavras-chave: crítica cultural apocalíptica; Internet; televisão.

SUMMARY

This paper presents a brief historical picture of speculations on the addicting properties of the new technologies of communications. It points out that the concepts grounded on technological phobia – which, in the beginning could be considered as a corrective measure against the uncontrolled boom of certain contemporary cultural and existential prophecies – are equally unproductive for analysis of the growing technological contours of the world in which we live.
 Keywords: apocalyptic cultural criticism, Internet, television.

RESUMEN

Este artículo presenta un breve marco histórico de las especulaciones en torno de las propiedades de enviciamiento de las nuevas tecnologías de la comunicación. Arguye que las homilias tecnofóbicas – que, en principio, podrían figurar como corretivo a la desmedida euforia de ciertas profecias culturales y existenciales contemporâneas – son igualmente improductivas para el análisis de los progresivos ámbitos tecnológicos del mundo en que vivimos.
 Palabras-clave: crítica cultural apocalíptica; Internet; televisión.

“**N**o wonder so many Americans express... a deep-seated hostility toward television. Too many realize, perhaps unconsciously but certainly with utter disgust, that television is itself a drug”.
 Nicholas Johnson in *What can we do about television?* (1973).

“If television ‘hypnotizes’, ‘brainwashes’, ‘controls minds’, ‘makes people stupid’, ‘turns everyone into zombies’, then you would think it would be an appropriate area of scientific inquiry. In fact, someone should call the police.”
 Jerry Mander in *Four Arguments for the Elimination of Television* (1978).

Em 1988, o Departamento Federal de Educação dos Estados Unidos patrocinou um estudo que almejava oferecer a palavra final acerca do impacto da televisão no desenvolvimento cognitivo infantil. Os investigadores P.A. Collins e D.R. Anderson “suaram a camisa” para peneirar, em meio ao aluvião de artigos e livros publicados nas décadas anteriores, os dados mais confiáveis. No fim das contas, acabaram se convencendo de que esse farto material revelava mais sobre os analistas da TV do que sobre o meio de comunicação em si. Metodologia falha e evidências pouco confiáveis desfiguravam muitas pesquisas; ainda mais grave, talvez, é que ficava nítido que boa parte desses trabalhos tinha sido concebida apenas com a finalidade prévia de ratificar que a televisão era infalivelmente perigosa.

Collins e Anderson chegaram, com acerto, à conclusão de que crenças a respeito dos malefícios da TV “parecem satisfazer algum tipo de necessidade entre as pessoas cultas” (*apud* Gorman, 1996:1). A prática corriqueira de atribuir, com base em escassas evidências, propriedades nocivas ao veículo foi qualificada por eles como “uma espécie de mitologia americana” (*ibid.*). São precisamente os fundamentos dessa mitologia em torno da televisão e de outras mídias audiovisuais que pretendo identificar e discutir aqui, numa exposição, é claro, forçosa e drasticamente seletiva.

Desde os primórdios de seu uso comercial nos Estados Unidos, no fim dos anos 40, a televisão tem sido sistematicamente tratada como se fosse “um tipo de aparato anticlássico de barbarização automática”, na sucinta definição do historiador inglês Paul Brantlinger (1983: 251). A *telefobia* (amparada na noção de que a tevê é sempre culpada até que se prove o contrário) deu ensejo

a um punhado de títulos que já se tornaram verdadeiros clássicos da crítica cultural apocalíptica.

Em *The plug-in drug* (1977), Marie Winn chamou a atenção para as propriedades viciadoras da televisão – um “narcótico”, “o novo ópio do povo”. A despeito de seu caráter altamente especulativo, o livro aterrorizou pais, psicólogos e educadores; a autora afirmava que a tevê estava transformando a nova geração em “zumbis” incapazes de brincar, de criar e até mesmo de pensar com clareza.

Marie Winn não se deteve no exame de programas específicos, mas na análise da própria experiência de assistir televisão; tampouco se mostrou preocupada em estender aos adultos suas “descobertas” sobre os efeitos do dispositivo audiovisual ou em lhes conferir dimensão política mais abrangente. Coube a Jerry Mander, um ano depois, cumprir essa tarefa em *Four arguments for the elimination of television* (1978). O título de inspiração ludista já antecipava o veredicto do autor: era preciso banir a televisão da face da Terra o quanto antes.

Exagero? Bem, ponderava Mander, já estamos acostumados à imposição de diversos níveis de restrição legal ao uso do tabaco, da sacarina, do aerossol, sob a única alegação de que tais substâncias causam câncer. Ora, além de cancerígena, a televisão produz mais uma legião de efeitos – mentais, fisiológicos, ecológicos, econômicos e políticos – que são ruinosos tanto para o indivíduo como para a sociedade e o planeta. Entre outras fatalidades, a televisão seria responsável por: a) acelerar como ninguém o processo de imersão dos indivíduos numa realidade totalmente artificial, até o ponto de deixá-los impossibilitados de distinguir a verdade da ficção; b) determinar o estilo e o conteúdo (ou a falta deste) de toda a ação política; c) suprimir a imaginação, encorajar a passividade da massa e treinar as pessoas para submeter-se à autoridade; d) provocar variadas respostas neurofisiológicas inquietantes (alterações na frequência cardíaca; hiperatividade; um tipo muito especial de epilepsia; problemas oculares agudos; variações no funcionamento celular, etc); e) fomentar a hecatombe ecológica (“A televisão substitui virtualmente o meio ambiente. Ela acelera nossa alienação da natureza e, por tabela, a destruição da natureza”) (349).

O pior é que o espectador (na escuridão da sala-de-estar, solitário e imóvel diante da telinha, como que em “transe hipnótico”) se encontra desarmado diante do fluxo de imagens traiçoeiramente projetado em seu cérebro: “Já que não há meio de parar as imagens, só nos resta nos rendermos a elas” (200). Baseado em sua própria experiência, Mander descreveu o ato de assistir televisão de forma semelhante a uma relação sexual sadomasoquista: “Quando você está assistindo a televisão, experimenta linhas de energias passando através do seu corpo. Você está conectado ao aparelho de TV como o seu braço estaria à corrente elétrica na parede, se você tivesse enfiado uma faca na meia. Não são apenas metáforas. Existe uma concentrada passagem de energia da máquina até você, e

nada ao revés. Nesse sentido, a máquina é literalmente dominante; e você, passivo” (171).

Intelectuais de todo o espectro ideológico que depositam fé no potencial educativo e democrático da televisão, assim como psicólogos, pais e educadores que fazem *lobby* contra o domínio de programas sensacionalistas e violentos, são tão bem-intencionados quanto ingênuos; acreditam que a tevê, como qualquer tecnologia, é neutra, dependendo sua benignidade das mãos de quem a controla. A televisão, porém, é irrecuperável, sentenciou Mander, numa versão *em negativo* do determinismo tecnológico de McLuhan (cujas teses, vale dizer, são alvo freqüente de seu escárnio). Os problemas do veículo são inerentes à sua própria tecnologia, na mesma medida em que a violência é inerente às armas. Nem mesmo uma safra de executivos altruístas e de diretores e roteiristas talentosos poderia mudar o que essa “tecnologia totalmente horrível e irredimível” (347) faz com a mente e os corpos dos telespectadores.

Dando provas de que não se deve subestimar o alcance da mitologia em torno da tevê, no Brasil não foram poucos, também, os que palpitarão, durante os anos 60 e 70, que “a máquina de fazer doidos” (definição de Sérgio Porto) seria responsável por toda uma geração de enfermos sexuais, mentecaptos ou deficientes visuais (os terríveis raios catódicos, lembram-se?).

Quem abrisse o Caderno B do *Jornal do Brasil* na manhã de 16 de junho de 1968 era brindado com mais uma extensa reportagem sobre os poderes luciferinos da nova mídia: “Fábrica de psicopatas, segundo os psiquiatras, e transmissora de subcultura, vendida como bem de consumo, segundo os sociólogos, a TV carioca está ameaçando de entorpecimento e alienação total cerca de 2 milhões de pessoas que a vêem diariamente...”. Em meio às previsões agourentas colhidas pelo autor da matéria, Israel Tabak, destacam-se as palavras do psiquiatra e psicanalista Leão Cabernite: a televisão – preveniu o alienista – estava tornando-se a nova “bolinha”; seu “vício” começava a criar o problema da dependência física. Após acentuar a péssima qualidade da programação, Cabernite alertou que, “a continuar desta maneira, em bem pouco tempo a nossa televisão poderá transformar-se numa imensa e eficiente fábrica de psicopatas”.

Dos cerca de 2 milhões de telespectadores “colados” diariamente aos 600 mil aparelhos ligados no Rio de Janeiro, 1 milhão e 400 mil eram pobres ou muito pobres (favelados), registrou o *JB*. E ao que assistia diariamente esse público das classes C e D? (De acordo com a nomenclatura do Ibope, o “grande ditador de programação”). A programas de auditório e novelas, sobretudo. De acordo com o sociólogo Chaim Katz, que então lecionava a disciplina Fundamentos Antropológicos e Psicológicos da Comunicação na UFRJ, o estupendo sucesso dos programas que exploravam “o deboche, o sadismo e coisas afins” somente podia ser compreendido com o auxílio da “psicopatologia social”: “Quem

trabalha o dia todo sem perspectivas, explorado, ganhando mal, [...] ridicularizado o dia todo, agora se compraz em ver os outros sendo ridicularizados. Ele debocha também e sente necessidade de debochar, mas não sabe que no fundo está debochando de si mesmo”. Os folhetins televisivos, por sua vez, funcionavam, nas palavras do professor, como uma espécie de “tranqüilizante”, de “sedativo”.

Exatos vinte anos depois, o poeta e ensaísta Décio Pignatari (1988:487) voltou a insistir na advertência: consumir televisão é aventurar-se no universo perigoso das drogas: “As pessoas se apaixonam pelos quadrinhos, pelo rádio, pelo cinema, pelo *rock* – mas ninguém se apaixona pela televisão. TV não é questão de obsessão, paixão ou afeição: é questão de vício. Vicia-se pela televisão, como se vicia em açúcar, fumo, maconha, coca e outros da área fármaco-dependente”. À falta de idéia mais original, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, autor do assumidamente apocalíptico *Sobre a televisão* (1997), acusou recentemente o veículo de ser “o novo ópio do povo” (“Bourdieu contra a TV”, *O Globo*, Prosa & Verso, 04/10/1997:1). Uma interpretação, diga-se de passagem, bastante conveniente para ajudar a explicar o “funesto apego do povo ao mal que lhe é feito” (a expressão memorável foi cunhada por Adorno e Horkheimer, em sua crítica conjunta à indústria cultural) e justificar a *irresponsabilidade política* do homem comum.

Quando imaginávamos que nada de mais sombrio pudesse ser descarregado contra a TV, chega às nossas livrarias *Homo Videns* (2001), panfleto polêmico de Giovanni Sartori, “assustador o bastante” para acautelar os pais sobre o que poderá acontecer às suas “crianças televisivas”: (de)formadas pela babá eletrônica antes mesmo de aprender a ler e a escrever, poderão, no futuro, tornar-se “indivíduos cada vez mais perdidos, desviados, anômicos, entediados, submetidos à psicanálise, em crise depressiva, e, em suma, ‘doentes de vazio’”.

Doutor em Ciência Política, professor-emérito das universidades de Florença e de Columbia, editorialista e colaborador do *Corriere della Sera*, Sartori defende a tese de que a TV não é somente um veículo de comunicação; é, também, ao mesmo tempo, *paidéia* e um instrumento “antropogenético”, um *medium* que, deslocando a comunicação do contexto da palavra (seja impressa ou transmitida pelo rádio) para o âmbito da imagem, dá à luz um novo *anthropos*, a quem o autor italiano batiza de *homo videns*.

O fato de a televisão incentivar a violência e informar mal acaba sendo um dano menor comparado a essa aterradora mudança que ela promove na própria natureza do ser humano. Trata-se de uma “virada radical de direção”, de uma genuína involução da espécie: os indivíduos forçados pela televisão ficam presos ao *mundus sensibilis*, o mundo percebido pelos nossos sentidos (o da visão, acima de tudo); não conseguem ingressar no *mundus intelligibilis*, são inaptos para entender idéias complexas e conceitos abstratos como “igualdade”, “Estado”, “nação”, “povo soberano”, etc. Destituído da capacidade simbólica que o distanciava do

animal, o *homo sapiens* é rebaixado a *homo videns* – um “molóide” que não lê e que revela um “alarmante entorpecimento mental” (24).

Sartori lança mão, em seus comentários, de generalizações dúbias amparadas em indícios astutamente selecionados. Em certas ocasiões, o anonimato das fontes é cuidadosamente preservado, como na nota de pé de página que reproduz a bombástica projeção de “um professor americano”: sem a televisão, ocorreriam 10 mil assassinatos e 700 mil agressões a menos por ano, nos Estados Unidos (*ibid.*).

A cada página de *Homo Videns*, o tom conclamatório e alarmista frisa a urgência e o ineditismo dos dilemas que a TV nos obriga a enfrentar. Numa brutal falta de perspectiva histórica, o autor refuta a evidência de que cada avanço tecnológico na área da comunicação invariavelmente se deparou com detratores: “[...] [A] invenção da imprensa e o progresso das comunicações não encontraram hostilidades relevantes; aliás, quase sempre foram aplaudidos por previsões eufóricas. Quando da sua descoberta, o jornal, o telégrafo, o telefone e o rádio foram saudados como ‘progressos’ positivos para a divulgação da informação, das idéias e da cultura” (16-17).

Seria, ao contrário, impossível passar em revista, aqui e agora, a sortida lista de acusações dirigidas a cada um dos veículos supracitados, no instante de seu surgimento ou na sua fase de massificação. Apesar de a balança pender ora para um lado, ora para outro, os discursos extremistas e simultâneos da *tecnofilia* e da *tecnofobia* vêm tradicionalmente caracterizando a recepção intelectual às novas mídias.

Um exemplo importante: movido por premissas e finalidades análogas às de Sartori (a denúncia da “crise da cultura” e da “subversão de valores” incitada pela mídia de massa), o crítico literário inglês F.R. Leavis, editor da lendária *Scrutiny*, escreveu sua obra mais influente, *Mass civilization and minority culture* (1930). Leavis atribuía a uma minoria esclarecida a obrigação de salvaguardar a autêntica cultura da nação das investidas da ilegítima cultura da civilização de massa. Desafortunadamente, os eleitos que formavam o centro do que deveria ser o caráter e a mente coletiva da sociedade estavam vivendo num ambiente deveras hostil: o fenômeno de *americanização* avançava destrutivamente sobre toda a Inglaterra, trazendo a padronização e a produção em massa, cujo efeito nocivo mais patente era o “nivelamento por baixo” (*leveling-down*) da cultura nas mais diversas frentes. Os romances sentimentais infundiam nas leitoras o hábito da fantasia, que podia levar ao desajuste na vida real; as conseqüências do cinema de Hollywood eram ainda mais fatídicas, já que assistir a um filme implicava entregar-se, “sob condições de hipnótica receptividade, aos mais reles apelos emocionais, apelos ainda mais insidiosos porque associados a uma ilusão constrangedoramente vívida de vida real” (20-21).

Grande parte da potência do cinema poderia ser explicada por sua ênfase no sentido da visão, que conduzia a uma progressiva depreciação de outros sentidos e de

outras faculdades (a leitura, sobretudo) mais frutíferas para o pensamento e a cultura. Leavis não se desarmava nem diante dos argumentos de que o cinema poderia ser usado seriamente como forma de arte ou de que a transmissão estatal de rádio merecia ser prestigiada por veicular boa música e palestras inteligentes. No parecer do nosso crítico (cujo fatalismo reverberará entre os pensadores da Escola de Frankfurt), estávamos, em ambos os casos, diante de diversões eminentemente passivas, que tornavam improvável uma atividade intelectual mais estimulante.

A exemplo de Leavis, Sartori também se revela atormentado pela problemática da rebelião das massas e do crescente desprestígio dos árbitros do gosto, notabilizada por Ortega y Gasset ([1927] 1987), e por sua relação com o crescimento dos modernos meios de comunicação: “O *homo insipiens* (idiota e, simetricamente, ignorante) sempre existiu e sempre foi numeroso. Mas até o advento dos instrumentos de comunicação de massa, o ‘grande número’ dos ignorantes se encontrava espalhado em lugares diferentes e, por isso mesmo, parecia quase que irrelevante. As comunicações de massa, porém, criam um mundo em que os seus habitantes podem ser convocados e os ‘dispersos’ podem se encontrar, ‘reunir em assembléia’ e, desse modo, formar massa e adquirir força” (133).

Para quem ainda não entendeu, vale o *replay*: “[...] [O]s idiotas do passado não tinham qualquer importância, pois eram neutralizados na sua vasta dispersão, ao passo que os ‘néscios’ hoje se procuram mutuamente e, coligando-se, multiplicam-se e potenciam cada vez mais” (134). A *Web* desponta, nesse lúgubre contexto, como a mais recente vilã: “De fato, abrem-se as auto-estradas da Internet, aliás, escancaram-se pela primeira vez não só para todos, mas também e especialmente para as ‘microloucuras’, para as extravagâncias, para todas as espécies de transviados, postados ao longo de todo arco que vai dos pedófilos (os viciados ocultos) até os terroristas (os flagelos públicos). E este rombo é tanto mais disruptivo [*sic*] na medida em que o homem fluidificado pela multimídia se encontra desprovido de elementos estabilizadores e sem raízes em ‘realidades firmes’” (ibid.).

As primeiras alusões de Sartori à rede mundial de computadores não nos permitem antever as diatribes acima. O autor se refere à Internet, de início, como um “prodigioso multiplicador de intercâmbio de mensagens, e, neste sentido, também de interação” (39); sua única falha, ao que parece, é não ser suficientemente cativante a ponto de fisgar os “teledependentes”. Logo em seguida, porém, estamos de novo às voltas com o espectro germânico do *Kulturpessimismus* a vantagem da interatividade da *Web* não deve ser exagerada; a criança, ao chegar a utilizar o computador, já foi predisposta pela televisão à preguiça e à passividade: “A *paidéia* do vídeo promete promover para a Internet analfabetos culturais que irão esquecer rapidamente o pouco que foram obrigados a aprender na escola, e portanto analfabetos culturais que matarão o tempo na Internet, um tempo vazio na com-

panhia de ‘almas gêmeas’ esportivas, eróticas, ou entretidos em pequenos *hobbies*” (42-43).

Até aqui, pelo menos, a responsabilidade ainda recaía sobre os ombros da televisão; nos parágrafos subsequentes, contudo, é a própria Internet que estará sentada no banco dos réus. Segue, aqui, uma amostra dos argumentos da promotória:

“[...] [O]s profetas do novo mundo digital fingem não perceber (ou não se apercebem de fato) que as interações na rede são somente um pálido substitutivo das interações cara a cara, isto é, das verdadeiras interações. O interagir que consiste em um intercâmbio de mensagens por meio de computadores pessoais é um contato empobrecido que afinal nos deixa sempre sozinhos diante de um teclado (40).

“[...] [C]omo instrumento prático, como passeio no mercado das pulgas e como itinerário dos nossos *hobbies* mais diversificados, a Internet tem um futuro assegurado. Todavia, como instrumento de cultura e de elevação cultural, a minha previsão é que vai ter um futuro modesto. Os verdadeiros estudiosos vão continuar a ler livros, servindo-se da Internet para eventuais complementações, para bibliografias e informações que antes encontravam nos dicionários; mas duvido que vão se apaixonar por ela (41).

“Para o homem da cultura a salvação não está no transpor o portão que introduz no Éden da rede, mas está nos portões que o protegem da avalanche das mensagens. Pois há a possibilidade de alguém se afogar de Internet e na Internet. De fato, termos à disposição demasiada escolha, a mesma poderá nos fazer explodir; como também o fato de sermos inundados de mensagens, as mesmas podem nos matar” (42).

Os pais conscienciosos deveriam redobrar a guarda – também a Internet é capaz de gerar coletividades de eternas crianças sonhadoras que passam a vida em mundos imaginários: “[...] [O]s cibernavegantes ‘comuns’ correm o risco de perder o sentido do real, ou seja, dos limites entre o verdadeiro e o falso, entre o que existe e o imaginário. [...] A facilidade da era digital é a facilidade de uma droga” (44-45)¹.

Nas últimas páginas de *Homo Videns*, Sartori faz menção ao enredo de um romance de ficção científica (de cujo título não se recorda): numa era remotíssima, os marcianos já conquistaram toda a Terra; resta apenas uma última e pequena fortaleza na qual defensores humanos, embora totalmente acuados, ainda resistem. No último ataque alienígena, o comandante das forças terrestres dá um derradeiro olhar de adeus aos seus homens, e constata que eles, agora, também são marcianos. A trama (convenhamos, bastante banal) serve, no entender de Sartori, como uma perfeita alegoria da decadência hodierna. O “pós-pensamento” triunfa, já nos encontramos amplamente “marcianizados” e diminutas são as chances de reverter nossa queda livre no vácuo televisivo:

“Enquanto muitas civilizações se dissolveram sem deixar vestígio, o homem ocidental superou a queda, realmente ‘baixa’, da baixa Idade Média. E superando-a, voltou a emergir, em virtude daquele seu fator *unicum* que é a sua infra-estrutura ou armação lógico-racional. Todavia, se por um lado não quero perder a esperança, por outro lado, tampouco consigo me ocultar que o regresso da incapacidade de pensar – do pós-pensamento – para o pensamento está em plena ascensão. E com certeza tal retorno não poderá acontecer se não soubermos defender, com todos os meios, as leituras, o livro, e, afinal, a cultura escrita” (139-140).

Não por acaso, o autor italiano busca apoio em uma obra de ficção científica na hora de construir seu cenário disfórico, em que os *homens de espírito* se encontram cada vez mais insulados pela barbárie circundante. O gosto por hipérboles e neologismos; a hipótese da regressão humana sob ação de ominosas tecnologias; a ênfase na experiência de desorientação afetiva, política, ética e cognitiva num universo de simulacros e de torrentes de significantes sem significado; tudo isso, muito na forma e no conteúdo de *Homo Videns* nos remete à dicção e à ambiência congenial da ficção científica, gênero literário que foi se sedimentando, desde o *Frankenstein* (1818), de Mary Shelley, como um veículo para sentimentos contraditórios – a crença no futuro e o medo da autodestruição –, em peças de idílio futurista e em discursos apocalípticos antitecnológicos.

Um tópico recorrente desse último filão é, conforme assinalou Bukatman (1993: 17), a crítica de uma cultura construída em torno da devoção à imagem televisiva. Em *Fahrenheit 451* ([1953] 1988), célebre romance de Ray Bradbury, Mildred, esposa-zumbi do protagonista, raramente desafiava os olhos da programação da tevê mural; lá fora, livros são queimados e a palavra escrita é forçosamente substituída pela televisão. Thomas Newton, o desnorreado extraterrestre interpretado por David Bowie, em *O homem que caiu na Terra* (*The man who fell to Earth*, Nicholas Roeg, 1976), assiste a seis, doze ou mais aparelhos de televisão, de onde extrai todo seu conhecimento a respeito do nosso mundo – um mundo de aparências, sem substância, coerência ou significado concreto. Logo sente o poder disseminado e penetrante dos múltiplos monitores; tal qual um drogado que se dá conta do vício que o destroça, Newton ordena, a certa altura, para a parede de telas: “Saíam da minha mente, todas vocês! Voltem para o seu lugar!” *Videodrome* (1982), dirigido por David Cronenberg, apresenta aquela que é, provavelmente, a descrição mais literal do vício da televisão: Dr. Brian O’Blivion, fundador de uma certa Missão Raio Catódico, em vez do prato de sopa convencional dos abrigos ou das casas de caridade, fornece doses diárias de emissão televisiva grátis para uma população de teledependentes (sentados em cubículos individuais, o rosto bem próximo ao monitor).

Vale abrir um parêntese, aqui, para lembrar que tanto os autores de ficção científica como os críticos da mídia audiovisual não são lá particularmente originais ao denunciar o potencial viciador da televisão. Outros produtos culturais endereçados preferencialmente ao *grande público* foram vítimas de queixas semelhantes. Como veremos a seguir, os temores acerca da interação com novas formas culturais ou novos instrumentos de comunicação se fundamentam, em regra, em prevenções a respeito da passividade e da sugestionabilidade alheia. Existiria, afinal, tonificante mais poderoso para a auto-estima do que essa tendência de achar que os “outros” são fatalmente mais influenciáveis do que “nós”?

Já em meados do século XVIII, intelectuais alemães atentos às mudanças ocorridas na esfera da produção, distribuição e consumo da cultura e da arte escreveram a respeito da “mania de leitura” (*Lesesucht*) que se espalhava por todo o país, atingindo também as classes menos abastadas e, em especial, as mulheres (Woodmansee, 1994: 10-33; 87-102). O infrene apetite do novo público leitor por histórias de amor, contos de terror e romances de aventuras redundou, no último quarto do século XX, na formação de uma verdadeira indústria de literatura de entretenimento. Pensadores à direita e à esquerda eram unânimes em apontar que a afluyente massa de leitores estava lendo muitos livros inapropriados, por razões equivocadas e com resultados funestos. A elite cultural alemã não beneficiada pela “compulsão de leitura” (*Lesewut*) divergia apenas quanto às conseqüências do malsinado fenômeno de expansão da *Trivialliteratur* (difundida em almanaques, calendários e romances de capa mole) e às medidas para revertê-lo.

Para os conservadores, a presumível índole transgressora da literatura popular se configuraria numa ameaça às estruturas tradicionais de autoridade. O contato com um mundo de sonho, paixão, lascívia e aventura estimularia não só a irresponsabilidade no lar e no trabalho, como também o desejo de alterar a ordem moral e social vigentes. Não havia outra saída senão uma intervenção estatal que contivesse o crescimento da “epidemia de leitura” (*Lesesucht*), passível de ocasionar, entre outros efeitos colaterais, a morte prematura.

Os setores reformistas apregoavam, em contraste, que os novos hábitos de leitura contribuíam para a manutenção do *status quo*. Na sua visão, era ridículo imaginar que o conteúdo escapista das ficções populares pudesse animar ações políticas revolucionárias. Tudo o que o leitor inculto queria da vida era entranhar-se cada vez mais no universo conformista e inebriante dos romances baratos, indiferente aos destinos da sociedade. Com o intuito de proteger e educar o leitor principiante, ideólogos da ala progressista elaboraram vasta gama de manuais de leitura que procuravam redirecionar o *gosto popular* das formas mais leves de entretenimento para uma literatura que demandasse um mínimo de reflexão e meditação.

Tal esforço propedêutico (acompanhado por intelectuais de outros quadrantes da Europa) veio a se tornar ainda mais dificultoso devido às tendências expansionistas de um novo jornalismo que despontara nas últimas décadas do século XIX, disseminando a epidemia da má literatura por todos os cantos e por todas as classes. Em seu ataque a essa imprensa popular, partidários franceses do jornalismo tradicional se apoiavam, senão na totalidade das teses científicas, ao menos no vocabulário das teorias sociais em voga – principalmente no jargão médico da antropologia criminal desenvolvida em torno da Escola de Lyon. O que levava seus praticantes ou entusiastas a desconfiar da *petite presse* era o fato de ela, de uma só tacada, atingir indistintamente as massas e trazer como carro-chefe formas em que se exprimiam os instintos violentos do homem: o romance-folhetim e o *fait divers*.

O consumo por parte dos homens da classe dominante da ficção e das reportagens publicadas nos jornais denotava apenas lamentável mau gosto; para aquelas categorias sociais supostamente mais sugestionáveis (os trabalhadores, os jovens e as mulheres em geral – quer dizer, os *suspeitos de sempre*) havia, contudo, o risco de que essa leitura se tornasse um vício – “um tipo de alcoolismo”, escreveu Henri Chatvoine, no *Le correspondant* (10/12/1897; *apud* Delporte, 1998:106). Os sintomas eram medonhos, sugerindo os estágios mais graves da alienação mental: “[...] [O]s olhos brilhantes e às vezes alheios, ora fixos e absortos como os dos loucos, ora distraídos e dilatados pelas sugestões da leitura: as personagens apaixonadas, os movimentos nervosos, os gestos febris” (*ibid.*)

As homilias tecnofóbicas enfocadas neste ensaio poderiam figurar, em princípio, como um bem-vindo corretivo à desmedida euforia, ao otimismo jovial das profecias culturais e existenciais de visionários que proclamam que as novas tecnologias, por si só, nos habilitarão a transcender a nossa malograda condição humana, a liberar nossos verdadeiros poderes criativos e a fundar um novo mundo ideal (Robbins, 1996). Mercadologicamente atraentes, os estágios da mania e da depressão tendem, no entanto, a ser igualmente improdutivos como ponto de partida para uma análise dos crescentes contornos tecnológicos da vida contemporânea. Com suas jeremiadas a respeito dos bons e velhos tempos, com seu cerrado pessimismo em relação ao futuro, as fantasias escatológicas de Sartori & Cia. (também aqui é difícil distinguir ficção e realidade) fecham nossos olhos para qualquer possível potencial emancipatório nas novas mídias, além de deixar-nos desanimados no instante de propor soluções concretas para os problemas – manifestos e latentes – que elas trazem para a cultura e a sociedade.

De minha parte, devo (ou não?) confessar que, se a questão se resume unicamente à vontade de sentir um friozinho na espinha, prefiro ficar com os velhos episódios da série *Além da imaginação*, recentemente exibidos pela TV Educativa.

Nota

¹ A advertência de Sartori chega um tanto atrasada: já a partir de meados dos anos 90, o vício da Internet (*Internet Addiction*) ganhou ares de problema de saúde pública nos Estados Unidos, constituindo-se numa área de especialização da psicologia (cf. Jantz, 1998; Young, 1998; Greenfield, 1999; Surratt, 1999). Na própria rede, encontramos quase cinco mil *sites* dedicados ao assunto, incluindo um que disponibiliza para os *online-aholics* programa de cura similar ao dos alcoólatras anônimos. Há somente 369 *sites* sobre o vício da TV, o que sugere a *Web* como o bicho-papão do momento. Nada que surpreenda: a história nos ensina que não apenas o desenvolvimento de cada nova mídia é seguido de censura e regulamentação, mas, também, que esse novo veículo tende a ser apontado como potencialmente mais poderoso e mais corruptível que os anteriores.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. São Paulo: Melhoramentos, ([1953] 1988).
- BRANTLINGER, Patrick. *Bread & circuses – Theories of mass culture as social decay*. Ithaca & London: Cornell University Press, 1983.
- BUKATMAN, Scott. *Terminal identity – The virtual subject in postmodern science fiction*. Durham & Londres: Duke University Press, 1993.
- DELPORTE, Christian. “Presse et culture de masse en France (1880-1914)”. *Revue historique*, CCXCIX/1, 1998, p. 93-121.
- GORMAN, Paul R. *Left intellectuals and popular culture*. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 1996.
- GREENFIELD, David N. *Virtual addiction: help for netheads, cyberfreaks, and those who love them*. Detroit: New Harbinger, 1999.
- JANTZ, Gregory L. *Hidden dangerous of the Internet: How to use it without abusing it*. New York: Harold Shaw Pub, 1998.
- LEAVIS, F.R. *Mass civilization and minority culture*. Cambridge: Minority Press, 1930.
- MANDER, Jerry. *Four arguments for the elimination of television*. New York: Morrow Quill, 1978.
- ORTEGA y Gasset, José. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, ([1927] 1987).
- PIGNATARI, Décio. “O paleolhar da televisão”. In: NOVAES, Aduino (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 487-492.
- ROBBINS, Kevin. *Into the image: culture and politics in the field of vision*. New York & London: Routledge, 1996.
- SARTORI, Giovanni. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SURRATT, Carla G. *Netaholics: The creation of a pathology*. New York: Nova Science, 1999.
- WINN, Marie. *The plug-in drug*. New York: Viking, 1997.
- WOODMANSEE, Martha. *The author, art, and the market: Rereading the history of aesthetics*. New York: Columbia University Press, 1994.
- YOUNG, Kimberly S. *Caught in the Net: how to recognize the signs of the Internet addiction – And a winning strategy for recovery*. Boston: John Wiley & Sons, 1998.

* João Freire Filho é Doutor em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professor do Departamento de Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Estácio de Sá.